

DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II AO IV GRUPO DE BISPOS DOS ESTADOS UNIDOS EM VISITA "AD LIMINA APOSTOLORUM"

Terça-Feira, 31 de Março de 1998

Estimados Irmãos Bispos

- 1. Em continuidade às visitas dos outros grupos de Prelados dos Estados Unidos, agora dou cordiais boas-vindas a vós, Bispos das *Províncias Eclesiásticas de Louisville, Mobile e Nova Orleães*. Mediante vós, saúdo cada um dos membros das Dioceses em que o Espírito Santo vos fez guardiães para apascentar a Igreja de Deus (cf. *Act* 20, 28). De maneira especial, dou graças a Deus pelos vínculos de comunhão que nos unem no ministério episcopal ao serviço do seu povo santo. A experiência da Igreja a partir do Concílio Vaticano II exemplifica como é importante o ministério dos Bispos para a renovação que o próprio Concílio promoveu e para a nova evangelização, que deve ser empreendida no limiar do Terceiro Milénio cristão. Deste modo, hoje desejo reflectir sobre alguns dos aspectos mais fundamentais deste nosso ministério, que nos deriva dos Apóstolos «por uma sucessão que vem ininterrupta desde o começo» (*Lumen gentium*, 20).
- 2. No vosso documento *The Teaching Ministry of the Diocesan Bishop* («O ministério magisterial do Bispo diocesano»), pusestes em relevo uma verdade importante: o ministério episcopal constitui uma parte crucial da obra salvífica de Deus na história humana. Este não pode reduzir-se a «uma variação da comum necessidade humana de organização e de autoridade» (*loc. cit.*, 1, A, 1). Efectivamente, é por mandato e ordem de Cristo que os Bispos ensinam «a imutável fé da Igreja como deve ser entendida e vivida nos dias de hoje» (*Ibid.*, 1, A, 2). Este dever só pode ser compreendido e cumprido no contexto da adesão pessoal do Bispo à fé. De facto, o mandato do Senhor aos seus Apóstolos de ensinar em seu Nome não está desvinculado de uma conexão com o profundo acto de fé da parte deles: o acto de fé através do qual os Apóstolos, mediante Pedro, reconheceram que Jesus é «o Messias, o Filho do Deus vivo» (*Mt* 16, 16). Essa mesma profissão de fé em Cristo deve estar sempre no âmago da vida e do ministério do Bispo.

Na sua Diocese, o Bispo professa a fé da Igreja com a autoridade que deriva da sua Ordenação episcopal e da comunhão com o Colégio episcopal, sob a sua Cabeça (cf. *Lumen gentium*, 22). A sua missão consiste em ensinar de

maneira pastoral, iluminando os problemas contemporâneos com a luz do Evangelho e auxiliando os fiéis a viverem uma vida plenamente cristã no meio dos desafios dos nossos tempos (cf. *Directório sobre o Ministério Pastoral dos Bispos*, 56). Ao aplicar o Evangelho às novas problemáticas, enquanto salvaguarda a interpretação autêntica do ensinamento da Igreja, o Bispo assegura que a Igreja local resida na verdade salvífica e libertadora. Tudo isto exige que o Bispo seja um homem de fé firme e sobrenatural e de constante lealdade a Cristo e à sua Igreja.

3. O nosso ensinamento traz consigo uma grande responsabilidade, pois está «dotado da autoridade de Cristo» (*Lumen gentium*, 25); não obstante, devemos ensinar e pregar com grande humildade, dado que somos os servos da palavra e não os seus senhores. Se quisermos ser mestres eficazes, devemos deixar que a nossa inteira existência seja transformada pela oração e pela contínua submissão de nós próprios a Deus, na imitação de Cristo mesmo. Para saciarmos a sede que o Povo de Deus tem da verdade do Evangelho, nós Bispos deveríamos prestar atenção às palavras que São Carlos Borromeu dirigiu aos seus sacerdotes no seu último Sínodo: «Consiste porventura o vosso dever em pregar e ensinar? Concentrai-vos cuidadosamente naquilo que é essencial para cumprir este encargo de maneira adequada. Em primeiro lugar, fazei com que a vossa vida e o vosso comportamento sejam verdadeiros sermões» (*Liturgia das Horas*, Festividade de São Carlos Borromeu).

O anúncio da mensagem do Evangelho de forma eficaz exige constante e pessoal oração, estudo, reflexão e consultação com conselheiros autorizados. O empenhamento no estudo e na educação, exigido pelo *múnus episcopal*, é crucial quando se trata de guardar «a verdade que nos foi confiada pelo Espírito Santo que habita em nós» (cf. 2 *Tm* 1, 14) e de a proclamar com vigor, «oportuna e inoportunamente» (*lbid.*, 4, 2). Uma vez que tem a responsabilidade pessoal de ensinar a fé, o Bispo precisa de tempo para assimilar de modo sincero o conteúdo da tradição e do magistério da Igreja. Da mesma forma, ele deveria ter familiaridade com os desenvolvimentos úteis da teologia, dos estudos bíblicos e da reflexão moral sobre as questões sociais. Em virtude da minha experiência pessoal de Bispo diocesano, bem sei quanto se pretende do tempo do Bispo. Contudo, tal experiência convenceu-me de que é essencial dedicar tempo especialmente para estudar e reflectir, pois é somente através do estudo e da reflexão que o Bispo, trabalhando com os seus colaboradores, pode guiar e governar de modo deveras cristão e eclesial, interrogando-se sempre: «Qual é a verdade da fé que ilumina o problema que estamos a enfrentar?». Por isso, hoje o Bispo talvez tenha necessidade de reorganizar o modo de exercer o seu múnus episcopal, para poder cumprir as tarefas fundamentais do seu ministério.

4. O Grande Jubileu do Ano 2000 exorta-nos a intensificar os nossos esforços no sentido de anunciar o Evangelho, em resposta ao desejo de verdade espiritual, profundamente arraigado, que caracteriza a nossa época. Esta «hora» da evangelização apresenta especiais exigências aos Bispos. Em *The Teaching Ministry of the Diocesan Bishop*, identificastes as qualidades que tornam efectivo o magistério do Bispo. Mediante a sua experiência pastoral, estudo, reflexão, juízo e oração, ele deve tornar sua a verdade salvífica, de maneira a poder comunicar a plenitude da fé e encorajar os fiéis a viverem em conformidade com as exigências do Evangelho. O Bispo tem o dever de transmitir a fé que lhe foi legada; em seguida, deve considerar o seu ensinamento como um serviço humilde à palavra de Deus e à tradição da Igreja. Pronto para sofrer por amor do Evangelho (cf. 2 *Tm* 1, 8), deve proclamar a verdade com coragem, ainda que isto signifique desafiar opiniões socialmente aceitáveis. O Bispo deveria ensinar frequente e constantemente, proferindo homilias, escrevendo cartas pastorais, dando conferências e utilizando os meios de comunicação de maneira a poder ser visto ensinar a fé e assim dar público testemunho do Evangelho. Além disso, o seu ensinamento deveria

caracterizar-se pela caridade, em conformidade com as palavras que Paulo dirigiu a Timóteo: «Não convém a um servo de Deus altercar; pelo contrário, deve mostrar-se condescendente para com todos, capaz de instruir e suportar o mal com paciência. É com suavidade que deve corrigir os adversários» (2 *Tm* 2, 24-25).

5. «Cuidai do rebanho de Deus que vos foi confiado» (1 *Pd* 5, 2). Qualquer reflexão sobre a vossa responsabilidade pelo governo pastoral da porção do Povo de Deus que vos foi confiada «como vigários e legados de Cristo» (*Lumen gentium*, 27) deve começar com a atenciosa consideração do exemplo de Cristo mesmo, o Bom Pastor, o nosso supremo Modelo. Na recente Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a América, inúmeros Pastores levantaram questões acerca do exemplo da sua própria vida e ministério, conscientes de que o Povo de Deus prestará atenção à sua voz e lhe responderá se o seu testemunho for genuíno. Na Sala do Sínodo, ouvimos a exortação para que os Bispos, tanto individual como colectivamente, se tornem mais simples, com a simplicidade de Jesus e do Evangelho – uma simplicidade que consiste em estarem imersos nas coisas fundamentais do Pai (cf. *Lc* 2, 49).

A fim de corresponder às necessidades dos tempos modernos, as Dioceses com frequência têm desenvolvido estruturas complexas e uma variedade de departamentos diocesanos, que oferecem assistência no exercício do governo pastoral. Contudo, como Bispos deveis ter o cuidado de salvaguardar a natureza pessoal do vosso governo, dedicando muito tempo ao conhecimento das forças e das debilidades das vossas Dioceses, as expectativas e as necessidades dos fiéis, as suas tradições e os seus carismas, o contexto social em que eles vivem e os problemas a longo prazo que devem ser abordados. Isto significa assegurar que as estruturas, hoje necessárias no governo de uma Diocese, não impeçam precisamente aquilo que são destinadas a facilitar: o contacto do Bispo com o seu povo e o seu papel como evangelizador. No Sínodo observou-se que hoje é demasiado fácil para o Bispo delegar a outros a sua responsabilidade de evangelizar e de catequizar, tornando-se prisioneiro das suas próprias obrigações administrativas. Dado que o nosso ministério tem sempre em vista edificar o corpo da Igreja na verdade e na santidade (cf. *Lumen gentium*, 27), o exercício da autoridade episcopal jamais é uma mera necessidade administrativa, mas um testemunho da verdade acerca de Deus e do homem revelado em Jesus Cristo e um serviço para o bem de todos. De facto, a fim de orientarmos o povo para a plenitude de Jesus Cristo, devemos «desempenhar o trabalho de um anunciador do Evangelho» (2 *Tm* 4, 5). Nenhuma outra tarefa é tão urgente quanto esta!

6. De maneira especial, o Bispo diocesano deve realizar todos os esforços para entretecer uma íntima relação com os seus sacerdotes, caracterizada pela caridade e pela solicitude para com o bem-estar espiritual e material deles.

Promovendo uma atmosfera de confidência e confiança recíprocas, ele deve ser seu pai, mestre, amigo e irmão (cf. *Directório sobre o Ministério Pastoral dos Bispos*, 107). Desta maneira, o vínculo jurídico da obediência entre o sacerdote e o Bispo anima-se mediante aquela caridade sobrenatural que existia entre Cristo e os seus discípulos. Esta caridade pastoral e este espírito de comunhão entre o Bispo e os sacerdotes é vital para a eficácia do apostolado. Da mesma forma, o Bispo deve ter o especial cuidado de ir ao encontro dos jovens que Cristo chama para participar no seu Sacerdócio, mediante o ministério ordenado. A experiência tem demonstrado que não há «escassez de vocações» quando o Bispo local assume a sua responsabilidade com seriedade. Os jovens querem ser chamados para a abnegação radical, e o Bispo, como o principal responsável pela continuação da missão salvífica de Cristo no mundo, é aquele que pode repetir com autoridade as palavras de Cristo: «Segui-Me e farei de vós pescadores de homens» (*Mt* 4, 19).

Da mesma forma, os relacionamentos entre o Bispo e os membros das comunidades religiosas deveriam inspirar-se na sua estima pela vida consagrada e no seu compromisso em tornar os vários carismas conhecidos na Igreja local, convidando sempre os jovens a viverem a sua graça baptismal mediante a vivência generosa dos conselhos evangélicos. Além disso, a partir do Concílio estamos mais conscientes da necessidade de reconhecer, salvaguardar e promover a dignidade, os direitos e os deveres dos fiéis leigos. É essencial que o seu serviço em benefício da comunidade eclesial, o seu conselho e os seus esforços em vista de fazer com que o ensinamento da Igreja se insira na cultura contemporânea, através da transformação da vida intelectual, política e económica, sejam apreciados e encorajados pelo Bispo e pelos seus mais estreitos colaboradores.

7. Na esteira do Concílio Vaticano II, testemunhou-se o desenvolvimento das Conferências Episcopais como instrumentos para o exercício daquela colegialidade entre os Bispos, que deriva da Ordenação e da comunhão hierárquica. A Conferência existe para promover a partilha da experiência pastoral e permitir uma abordagem comum das várias problemáticas que surgem na vida da Igreja numa particular região ou nação. A vossa recente decisão de analisar a estrutura e as funções das vossas Conferências indica que reconheceis a necessidade de renovar as suas actividades, de tal maneira que possam servir melhor as finalidades pastorais e evangélicas que atribuem à Conferência o seu singular significado.

Entre outras coisas, isto significa que a Conferência Episcopal deve encontrar um modo de ser deveras efectiva, sem debilitar o ensinamento e a autoridade pastoral que pertencem unicamente ao Bispo. As suas estruturas administrativas não podem tornar-se finalidades em si mesmas, mas devem ser sempre instrumentos para o cumprimento das grandes tarefas da evangelização e do serviço eclesial. Deve-se ter o especial cuidado de assegurar que a Conferência seja um organismo eclesial e não uma instituição que reflecte os modelos administrativos da sociedade secular. Desta forma, cada Bispo poderá oferecer os seus dons singulares no momento de apoiar os debates e as decisões da Conferência. De facto, o dever do Bispo de ensinar, santificar e governar é uma tarefa pessoal que não pode ser delegada a outras pessoas.

8. Nunca é demasiado recordar que os Pastores da Igreja são pessoalmente responsáveis pela transmissão da luz e da alegria da fé. Dizer isto significa enfrentar de imediato a questão da nossa própria fé e convicção. Esta visita *ad Limina*, com a vossa oração junto dos túmulos dos Apóstolos Pedro e Paulo, oferece uma ocasião repleta de graça, para evocar como são essenciais para o vosso testemunho o relacionamento com Cristo e a seriedade da busca pessoal de santidade. A vitalidade das vossas Igrejas locais e o bem-estar da Igreja universal são sobretudo e sempre uma dádiva do Espírito Santo. Todavia, esta dádiva não é independente da ardorosa oração e da abnegada caridade pastoral dos Bispos, quer como indivíduos quer como Conferência. Nas nossas debilidades, temos necessidade de ser sustentados pela graça do Espírito Santo, a fim de podermos dizer sem medo: «A quem iremos, Senhor? Tu tens palavras de vida eterna. Agora nós acreditamos e sabemos que Tu és o Santo de Deus» (*Jo* 6, 68-69). No bimilenário da Encarnação, a Igreja – a Esposa –ofereça ao seu Senhor um Colégio episcopal unido e firme na fé, ardente no testemunho do Evangelho da graça de Deus, dedicado ao serviço do Espírito e do glorioso poder divino de tornar os homens justos (cf. *Lumen gentium*, 21).

Queridos Irmãos, com estas reflexões sobre o vosso ministério, desejo encorajar-vos na graça e na vocação que Cristo vos concedeu. Rezo por vós enquanto desempenhais a vossa missão de proclamar o amor de Deus e os mistérios da salvação a todos, persuadido de que o Espírito Santo vos há-de orientar e fortalecer. Grato pelo vosso trabalho de pregação da palavra de Deus «com toda a paciência e doutrina» (2 Tm 4, 2), confio-vos à intercessão da Bem-Aventurada Virgem Maria, Sedes Sapientiae, para que vos auxilie com a sabedoria pastoral e infunda júbilo e paz nos vossos corações. Concedo cordialmente a minha Bênção Apostólica a vós, aos sacerdotes, aos religiosos e aos fiéis leigos das vossas Dioceses.

Copyright © Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana